

# Urbanização em Vila Velha gera críticas

AV17624

Moradores de Vila Velha estão indignados com as modificações do projeto de urbanização da orla marítima do município, promovidas pela Prefeitura. A afirmação é do presidente da Associação de Moradores da Praia da Costa e integrante da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Obra, Geraldo Pacheco da Costa. Ele acusou a municipalidade de afastar a comunidade das discussões em torno da urbanização, além de estar “desconhecendo o projeto original e fazendo outro que não teve o aval da população”.

“A Prefeitura está divulgando na imprensa que vai permitir a permanência de cerca de 100 barraqueiros na orla, sendo que no projeto original consta a construção de 12 módulos na faixa que compreende o clube Libanês até a Praia de Itapoã, e por toda a extensão o número é bem inferior ao cogitado”, denunciou. Com esta explicação, Costa cita algumas das alterações promovidas. Ele acredita que se o projeto da Prefeitura for executado, a unidade de arquitetura e urbanismo da orla não será respeitada.

Costa lembrou que em 1988 a Justiça deu ganho de causa aos moradores, que impetraram ação para retirada dos barraqueiros, e na ocasião, o então prefeito Magno Pires fez acordo para transferir os comerciantes para Coqueiral de Itaparica até 31 de dezembro do mesmo ano. Nesse meio tempo, o Governo do Estado assumiu o compromisso de destinar recursos para as obras de urbanização na orla, desde o clube Libanês até Itapoã, e em seguida novos ajustes seriam feitos. Ficou decidido então, em reunião com participação de lideranças comunitárias, que haveria licitação para um projeto, sendo que o autor desse estudo preliminar vencedor ganharia o direito de desenvolver o projeto executivo de urbanização, como coube ao engenheiro Antônio Challub Neto. De acordo com o projeto original, os 12 módulos — na primeira etapa das obras — seriam construídos no calçadão e próximos a eles seriam instalados oito banheiros, com ligação à rede de esgoto da via.

## Prefeitura só faz nova etapa

O coordenador da Assessoria do prefeito Jorge Anders, José de Oliveira Camilo, refutou ontem as acusações do presidente da Associação de Moradores da Praia da Costa, Geraldo Pacheco, de que a Prefeitura de Vila Velha teria desconhecido o projeto original de urbanização da orla marítima do município e elaborado outro com várias alterações. Ele alegou que não existe qualquer projeto relativo à segunda etapa das obras, no trecho compreendido entre a curva da Praia de Itapoã até Jacarenema (Barra do Jucu), e por isso os técnicos da PMVV se incumbiram de fazê-lo.

Segundo Camilo, o projeto do arquiteto Antônio Challub se refere apenas ao trecho entre o clube Libanês, na Praia da Costa, até a curva

da Praia de Itapoã, e como o Governo do Estado também não possui nenhum projeto relativo ao restante das obras de urbanização, a Prefeitura elaborou o documento “dentro das normas técnicas exigidas pelas secretarias de Estado da Saúde e do Meio Ambiente e respeitando as restingas e o aspecto paisagístico da região”. Indagado sobre o afastamento da comunidade no processo de discussão de como seria executada a etapa posterior da urbanização, Camilo justificou que pelo menos três reuniões foram feitas com lideranças comunitárias das Praias da Costa, Itapuã e Coqueiral de Itaparica, representantes da Capitania dos Portos e barraqueiros.

“O curioso é que o presidente da associação de moradores da Praia da Costa, Geraldo Pacheco, durante as reuniões se comprometeu em apresentar um projeto existente na Co-hab, relativo à urbanização da orla

até Jacarenema, mas não compareceu no encontro marcado com este objetivo”, disse o assessor ao mencionar que “como não se chegava a um consenso e o tempo para execução das obras estava correndo, a única alternativa foi elaborar um projeto”. Com relação ao número de barraqueiros estimados entre 100 a 130 que deverão permanecer entre Itapoã e Itaparica, considerado excessivo por moradores, Camilo justificou que a administração anterior transferiu vários comerciantes para o local, superlotando a área “empurrando o problema para frente”. “Agora não podemos simplesmente expulsar todos os barraqueiros do local, já que estaríamos provocando um problema social”, esclareceu. Ele disse que cada módulo custará para cada barraqueiro Cr\$ 869 mil, e como a municipalidade não pode arcar com o custo porque medida seria inconstitucional, naturalmente, já haverá uma triagem.